

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 783 - de 31 de março a 14 de abril de 2016

## VIRAR O JOGO E DERROTAR O GOLPE



### EM DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS E DA NAÇÃO

#### Juventude

Nas mobilizações jovens dizem "não ao golpe"

pág. 2

#### Por trás da ofensiva

Burguesia usa Judiciário para golpear os trabalhadores

pág. 5

#### A resistência cresce

Depois do dia 18, mobilização se reforça

pág. 6 e 7

#### Diálogo e Ação Petista

Encontro Nacional decide: toda força nos comitês contra o golpe

pág. 8 e 9

# USP Contra o Golpe

Estudantes, professores e funcionários organizam resistência

No dia 18 de março, 500 pessoas se concentraram na Universidade de São Paulo e marcharam juntas até o ato na Av. Paulista. A medida que a passeata avança, mais gente se juntava a ela.

A iniciativa da concentração partiu de uma plenária ampla organizada por petistas, diretores da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), da associação de moradores do conjunto Residencial da universidade (AMORCRUSP) e do grupo Dialogo e Ação Petista da USP.

Thiago Martinez, estudante de História e militante da Juventude Revolução, ajudou na mobilização passando nas salas do curso. Para ele, “a concentração sob a faixa ‘USP contra o golpe’ foi essencial porque canalizou a vontade do estudante que queria sair para a luta, atropelando as direções das entidades estudantis que não mobilizam contra o golpe.”

## Atos na universidade

Anteriormente, o campus da universidade no Largo São Francisco,



29 de março: USP contra o golpe

onde fica a Faculdade de Direito, já havia sido palco de uma das primeiras iniciativas, reunindo juristas e professores de direito, no dia 17 de março.

E no dia 29 de março, um ato no vão do prédio da História e Geografia reuniu cerca de mil pessoas, com grande adesão de professores, como Marilena Chauí. A presidente da UNE, Carina Vitral, anunciou que no mesmo dia se realizavam atos em mais 10 universidades pelo

país. A atividade teve presença ainda da CUT e de outras organizações populares e sindicais.

No mesmo dia 29, uma plenária do Comitê USP Contra o Golpe com mais de 200 estudantes, funcionários e professores, decidiu fazer um chamado por uma concentração de estudantes para marcharem juntos ao ato na Praça da Sé, no dia 31/03, em unidade com as demais universidades paulistas.

## SINDICATO E DCE FORA DA LUTA CONTRA O GOLPE!

Enquanto cresce a luta dentro do campus para barrar o golpe, o sindicato dos servidores da USP (Sintusp), filiado à Conlutas, e o DCE da USP, composto por militantes do PSTU e PSOL, estão chamando uma “Paralisação dia 31/01 de estudantes e trabalhadores”. No mesmo dia 31, no qual em todo país com certeza milhares de jovens estudantes estarão nas ruas dizendo não aos golpistas, no cartaz que chama a paralisação, não aparece nenhuma menção ao golpe em curso. Sintusp e DCE tentam, com uma montanha de reivindicações difusas, manobrar para dividir e acobertar sua posição criminosa que, na prática, beneficia os golpistas. Já o sindicato docente (Adusp) se posicionou, em dezembro de 2015, contra o impeachment e tirou uma nota em 19/03 em defesa da democracia.

## Comitês nas universidades

Debates e mobilização para combater os golpistas



23 de março, auditório lotado na Universidade de Brasília

São dezenas os relatos de atos e de comitês contra o golpe fundados. Na UnB, federal de Brasília, cerca de 250 estudantes, professores e servidores se reuniram no dia 23 de março com Marcelo Lavenere, ex-presidente da OAB, e Samuel Pinheiro, ex-secretário do Ministério das Relações Exteriores. Sarah Lindalva, diretora da UNE, avalia que a atividade “marcou o início de um processo de mobilização na UnB que precisa ser intensificado para barrar o golpe e conquistar mudanças na política econômica, com o fim do ajuste fiscal. Levamos para a atividade vários representantes de centros acadêmicos que se somaram à luta e que hoje estão a todo vapor passando em salas chamando os estudantes para o ato do dia 31.”

Na Universidade Federal de Santa Ca-

tarina, o Comitê UFSC Contra o Golpe e pela Democracia fez uma atividade no dia 22, também com 250 pessoas da comunidade acadêmica. O Comitê está organizando panfletagens.

Na Universidade Estadual de Alagoas, no campus de Arapiraca, o Comitê UNEAL contra o golpe em conjunto com o DCE UNEAL, os sindicatos de professores e técnicos da universidade, realizou um debate em defesa da democracia e contra o golpe. A Juventude Revolução esteve presente na atividade. “Este é o momento de ir para as ruas barrar os golpistas, defender os nossos direitos e cobrar do governo a mudança da sua política” explicou Paulo Henrique Barbosa Mateus da JR..

Correspondentes

## ÚLTIMA HORA

Na edição anterior, O Trabalho noticiou a mobilização dos secundaristas de escolas municipais mantidas pela fundação da prefeitura de Volta Redonda (RJ), contra o fechamento de salas e a superlotação. No momento do fechamento desta edição, recebemos a informação de que o prefeito Antônio Francisco Neto (PMDB) sancionou a lei que limita o número máximo de alunos por turma. O núcleo da Juventude Revolução, que esteve ao lado dos alunos do colégio João XXIII, avalia que este direito, arrancado pela luta, é um primeiro passo.

## Juventude saiu às ruas no dia 18

“São os mesmos que tentaram fechar escola”, diz estudante sobre os golpistas

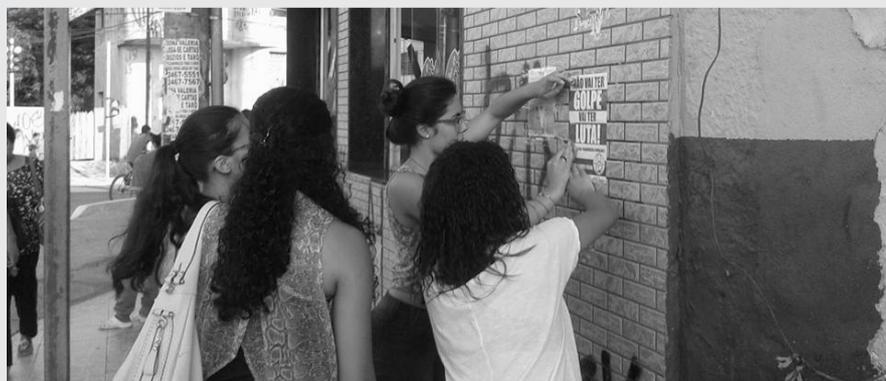
A ausência de jovens na manifestação dos coxinhos, no dia 13 de março foi uma das características marcantes. O perfil do manifestante pelo impeachment é de classe alta (“com renda e escolaridade muito superior à média”), branco, e tem mais de 40 anos de idade. Essa é a informação da pesquisa feita pelo Datafolha sobre o perfil dos que participaram na Av. Paulista.

Já no ato contra o golpe, em 18 de março, a juventude era pelo menos 1/4 das centenas de milhares de manifestantes que se reuniram no mesmo lugar. Nas dezenas

de manifestações no mesmo dia, em todo país, os jovens também marcaram presença.

A Juventude Revolução ajudou a mobilizar, e em uma das escolas estaduais de São Paulo onde houve panfletagem, uma adolescente mostrou a compreensão dos jovens sobre o problema: “esses caras tão inventando um monte de coisa para tirar o governo que a gente elegeu. Mas esses são os caras que sempre estiveram contra a gente, chegaram a tentar fechar escolas. São os mesmos.”

Priscilla Chandretti



Em São Paulo, a Juventude Revolução está organizando colagem de lambe-lambe pelos bairros, dizendo “não vai ter golpe, vai ter luta”. O núcleo de Guarulhos espalhou cartazes pelas ruas no bairro Lavras, no domingo 27.

# Dias decisivos

O dia 18 de março, com a ampla adesão à mobilização encabeçada pelas organizações dos trabalhadores, demonstrou que é possível derrotar o golpe em marcha. As condições para isso existem. Em primeiro lugar porque as organizações que representam os amplos setores oprimidos do país, conscientes do que está em jogo, mobilizam suas bases, cujos direitos e conquistas são o primeiro alvo da ação golpista.

A força do dia 18 fez espriar e aprofundar as manifestações de repúdio e resistência ao golpe, um dos fatores de aprofundamento da recessão econômica no país.

Manifestos de juristas, advogados, intelectuais e artistas, começaram a se multiplicar. Nas universidades, docentes, alunos e funcionários se mobilizam e, em vários casos, ultrapassando as direções esquerdistas de suas entidades, ao recusar a frente única contra o golpe faz papel auxiliar às forças golpistas.

Em 22 de março, os quatro mil metalúrgicos da Ford de São Bernardo, em assembleia convocada pelo sindicato, levantaram as duas mãos respondendo sim à pergunta: "Vocês querem lutar contra o golpe e em defesa dos direitos trabalhistas?".

Isso indica o caminho.

Nos próximos dias não há tarefa mais urgente: "É hora de, no campo e na cidade, ir aos locais de trabalho e moradia, às periferias das regiões metropolitanas, para ajudar o nosso povo a compreender a manipulação a qual está sendo submetido por aqueles que o

exploram e venha a somar-se à luta contra o golpe", chama o Manifesto aprovado no 2º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista (ENDAP, ver pas.9 e 10).

A manipulação através da Operação Lava Jato e do fraudulento processo de impeachment, tudo bem adubado pela grande impren-

## NO CAMPO E NA CIDADE, É HORA DE IR PARA A BASE

sa, fiel porta-voz dos interesses dos partidos e entidades burguesas golpistas, visa o governo Dilma, mas muito mais!

Ela visa aniquilar todos os avanços - desde o movimento que derrubou a ditadura militar - da classe trabalhadora brasileira, principalmente suas organizações que, para os golpistas, são um obstáculo para o "futuro" que desejam ao país.

José Pastore, colunista do Estadão - jornal em campanha aberta pelo impeachment e para destruir o PT - expõe, com perguntas diretas o que eles pretendem: "o que impede que empregados e empregadores concordem com a remuneração diferenciada por mérito, em vez de horas trabalhadas; o que impede reduzir o horário de almoço de 60 para 30 minutos?", e por aí vai. Numa palavra, o que impede aos proprietários dos grandes meios de produção esfolarem a classe trabalhadora como escravos modernos? As organizações que a classe construiu!

Por isso precisam querer aniquilá-las.

Lula tem razão quando disse aos cerca de mil sindicalistas em São Paulo, no último dia 23, que ele era "resultado da consciência política de homens e mulheres, trabalhadores desse país".

Consciência cujo passo mais elevado foi construir um partido para lutar e representar os interesses da classe trabalhadora. É por isso que o alvo é Lula e o PT!

Em que pese a intensificação da marcha golpista, a consciência da classe trabalhadora, encarnada nas organizações por ela construídas, pode sim levantar todos os setores oprimidos e derrotar o golpe.

"A saída positiva para a crise está na mobilização para barrar o golpe e na aplicação imediata pelo governo Dilma do programa de emergência do PT, não na busca ilusória de acordos com uma coalizão que desmoronou e com a oposição em torno do ajuste fiscal que ataca direitos e promove o desemprego" (Manifesto do ENDAP).

Com essa convicção, com o Diálogo e Ação Petista, nos engajamos com toda força na construção dos comitês contra o golpe, na luta em defesa dos direitos e das organizações dos trabalhadores.

Uma questão que diz respeito à luta de todos os povos para barrar a ofensiva imperialista, e que por isso tem conquistado apoio em vários países, que respondem rápida e positivamente, ao chamado do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (ver pag.12).

## JUSTIÇA PARA ANDERSON LUIS



Há 10 anos, em 10 de abril de 2006, foi assassinado o militante da Corrente O Trabalho, Anderson Luis. Jovem sindicalista, quando foi assassinado brutalmente era presidente do Sintrafrio do RJ e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação da CUT. Desde muito jovem, dedicou-se à organização da luta dos explorados e oprimidos.

10 anos após seu assassinato, seguimos exigindo que sua morte seja investigada e os culpados sejam julgados e condenados.

Continuamos exigindo Justiça para Anderson!

Convidamos os jovens, militantes do movimento sindical e popular, e amigos do camarada Anderson a participarem no dia 7 de abril, quinta-feira, às 18:30 h, na sede da CUT RJ - Rua presidente Vargas, 502 - 15º andar, do Ato pelos 10 Anos do assassinato de Anderson Luiz.

## Memória

### ENTRE GREVES E REPRESSÃO, FIGUEIREDO TOMA POSSE

Enquanto Figueiredo jurou "fazer deste país uma democracia", a polícia reprimiu com violência diversas manifestações contra a posse do novo ditador. Em São Paulo, mil estudantes protestaram em frente à Assembleia Legislativa e foram atacados pela PM, que rasgou faixas e prendeu quatro pessoas. No ABC, tropas de choque espancaram operários grevistas que procuravam convencer seus companheiros a não quebrarem a paralisação. No Rio, o super-corrupto Chagas Freitas assumia o governo ao mesmo tempo em que policiais fortemente armados procuravam impedir uma passeata no centro da cidade. Mobilizações semelhantes ocorreram em Porto Alegre e Viçosa.

O Trabalho nº 19 - 20/3/1979



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Arte: Mariana Waechter

# O futuro da nação em jogo

## Judiciário organiza impeachment no Congresso

Um ano depois, a maioria da classe dominante se alinha pela interrupção golpista do mandato de Dilma.

Exemplos não faltam, como o do maior banqueiro do país, Roberto Setúbal do Itaú, que dia 16 partiu pra cima cobrou dos estudantes num auditório na USP: “eu não vi vocês na Paulista no domingo (o dia 13 dos coxinhas). Havia muito pouco estudante o que é frustrante” (Valor 17/3).

A Confederação Nacional da Indústria, antes mais recuada que a FIESP e a FIRJAN, publicou nota a favor do golpe. A cúpula patronal da OAB fez seu próprio pedido de impeachment.

No seio da “elite”, são poucos os setores não-alinhados. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por exemplo, apoiou o golpe de 64, mas hoje não apóia o impeachment. O Clube de Engenharia (empreiteiros), também destoa ao pedir “moderação”: “ou muda a política econômica, ou a indústria da construção civil vai para o ralo” (Valor 21/3).

A ira de Setúbal ele mesmo explica: “a base política do governo, o PT, não quer reforma. Não foi para isso que apoiaram Dilma”. Então, para fazer tais reformas (ver pag. 5) a classe dominante usa os instrumentos institucionais para derrubar o governo.

O principal é o Judiciário. Após dois anos de Lava Jato, a pretexto de combate à corrupção, demonizou-se o PT e encostou-se o governo nas cordas. Um processo que começou há mais de dez anos, com o “mensalão”, sem resposta à altura da direção do PT. Logrou-se, por fim, mobilizar setores médios, parte hipnotizados pela mídia, parte anti-PT, para dar a “base de massas” do golpe.

Claro, isso só foi possível pelo apoio do capital financeiro, em especial do imperialismo dos EUA. Mal dissimulado, até a declaração de Obama (abaixo).

### Crise e bancarrota

A situação é difícil, mas não está perdida. Há uma profunda crise do sistema político-institucional.

A coalizão de governo desmoronou (v. pag.5). Mas os chefes do Congres-

so, Renan e Cunha (PMDB), não têm autoridade e a imagem do vice Temer (PMDB) não é muito melhor. Razão para muitos setores temerem pela estabilidade de seus negócios.

Ainda mais que os chefes da oposição (PSDB, DEM) são rejeitados nos seus próprios atos. Não há uma liderança segura, reconhecida pelo golpismo.

A mídia apresenta como salvação o Judiciário, como poder ético acima dos demais. Mas nas camadas populares ele não tem real prestígio. Ademais, os “excessos” do juiz Moro geraram protestos até de golpistas que temem o “populismo jurídico” em alta (bonapartismo).

A lista de 300 políticos da Odebrecht acentua a percepção de falência institucional geral, o que abriria o terreno para uma Assembléia Constituinte para reformar as instituições corrompidas.

Enquanto isso, o poder econômico, mostra até onde vai para se impor. A ameaça do golpe e o efeito da Lava Jato viraram um fator de recessão e desemprego, não só na construção civil e no petróleo e gás.

O recorde de 1,1 milhão de demissões no trimestre terminado em janeiro, acumula perto de 10 milhões de desempregados, 40% a mais em um ano. E com perda de poder aquisitivo do salário. Soma-se o atraso nos salários de servidores de vários Estados e municípios. Milhares de falências de empresas. É tal a queda da arrecadação do Estado, que o déficit fiscal de R\$ 100 bilhões no lugar do superávit anterior, já está superado. A tendência à bancarrota é real.

### Não está perdido

Mas as principais organizações populares, CUT à cabeça, se engajaram na resistência.

O PT deu um passo com iniciativas e a adoção do “Programa de Emergência”. Falta, todavia, coerência no governo onde está o PT (ver pag. 10)

Mas Lula e o PT se defendem, o que não faziam antes. Que não se repita a desastrosa política do PCB que, em



### A CONSPIRAÇÃO

A conspiração fotografada: almoço na Trattoria do Rosário, em Brasília, dois dias antes da canetada de Gilmar Mendes suspendendo a posse de Lula no Ministério. Com Gilmar estavam José Serra (PSDB), o senador da entrega do pré-sal, e Armínio Fraga, operador financeiro internacional, ex-ministro de FHC e pretense homem-forte de um futuro governo.

1946-47, confiou em aliados que o abandonaram e não se defendeu da própria “extinção” para respeitar as instituições, a Justiça.

Essa questão das instituições é crucial.

O golpe do judiciário em curso é um golpe institucional que pode se completar no Congresso em semanas, com a votação do impeachment na Câmara e o julgamento, depois, da presidente Dilma no Senado, dirigido pelo presidente do STF, enquanto o vice Temer assumiria interino!

O instrumento do golpe em 1964 foram as Forças Armadas. Mas foi o presidente do Congresso, Mazzili, quem fraudulentamente declarou “vago” o cargo de presidente e deu posse ao general Castelo Branco, num ato com o presidente do STF.

O impeachment agora seria um golpe porque é fraudulento também: não há crime da presidente. Só se chegou a ele porque a Operação Lava Jato fez o que quis. E quando o PT esboçou uma reação, o governo foi paralisado pela brutalidade do Judiciário que destituiu dois ministros-chaves, o da Justiça e o da Casa Civil - Wellington e Lula (até detido) -, grampeou e desmoralizou a própria Presidente.

Aí, a “voz das ruas” já fora construída ao redor do herói-justiceiro Moro, apoiado pelo STF e o Ministério Público, ampliando a debandada dos “aliados” e a adesão empresarial, com o indispensável apoio da mídia.

### Cínicos e hipócritas

É cínico o pedido de desculpas de Moro (“não tive a intenção de gerar fato político-partidário”) pelo vazamento do grampo da presidente. O serviço foi feito e o juiz continua no cargo, quando numa democracia seria afastado do caso, no mínimo!

São hipócritas os ministros do STF dizendo que não “interferirão” no processo do impeachment pelo Congresso. Já interferem quando dizem que “impeachment não é golpe, está na Constituição”, indicando aos reacionários no Congresso: “vão em frente, que nós bancamos!”

O golpe não é só da Globo ou de Temer-Cunha, mesmo se estão na jogada. Ele é urdido pelo Judiciário, em conluio com grandes empresários.

### Falar claro!

É preciso falar claro para mobilizar a força capaz de derrotar o golpe. Em 18 de março ocorreu a maior jornada de resistência desde a reeleição de Dilma. É possível vencer.

Contra esse golpe é preciso usar todos os meios. Atos, marchas, bloqueios e paralisações, até uma greve geral. Entramos numa situação de luta de massas quase diária.

A hora é de discutir em todas as organizações democráticas e populares, tomar posição - jornal, assembleia -ir para as bases e forjar a mais ampla unidade.

### OBAMA DIZ A QUE VEIO

Na Argentina, o presidente dos EUA, Obama, sobre a crise no Brasil, falou. “A democracia brasileira está amadurecida. Seu sistema de leis e instituições está fortalecido agora. Espero que isso seja resolvido de uma maneira que permita ao Brasil ser um líder significativo” (Valor 23/3).

Obama elogia as instituições podres e corruptas que, na verdade, são a causa do problema. O elogio é a senha do golpe, afinal, um golpe “institucional”.

Tal como fez o notório golpista do STF, Gilmar Mendes, em Lisboa: “as instituições brasileiras estão funcionando e tem os mecanismos para responder ao momento crítico” (Valor 30/3).

# PMDB desembarca para acelerar o golpe

## Ratazanas gritam “Fora PT” e “Temer presidente”

O desembarque do PMDB do governo Dilma, onde ocupava sete ministérios e a vice-presidência da República, já era dado como certo muitos dias antes de seu anúncio oficial.

Em apenas três minutos o Diretório nacional do PMDB aprovou, por aclamação, o seu rompimento com o governo e a entrega dos cargos que detinha (cerca de 600 segundo a imprensa) e dos ministérios (até o mo-

### RAPOSA NO TST

Em fevereiro assumiu a presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Yves Gandra Martins Filho. Em seu discurso de posse ele faz um apelo para que as negociações coletivas “possam transformar interesses divergentes em convergentes” adaptando-se às “peculiaridades de cada setor da economia e região do País”.

Trata-se da defesa de que o negociado prevaleça sobre o legislado, tese cara aos empresários que gostariam de ver rasgada a CLT. Esta foi a interpretação dada pela Anamatra (associação dos juízes do Trabalho).

Vale lembrar que esta tese é parte da “ponte para o futuro” que seria o programa de um governo Temer. Atenção, pois a raposa está tomando conta do galinheiro do TST!



Cunha, Renan e Temer na reunião relâmpago do PMDB

mento, quatro dos sete ministros do PMDB iriam entregar seus cargos. Dos outros três, Kátia Abreu da Agricultura e Celso Pansera da Ciência e Tecnologia disseram que ficam no governo).

Depois de 13 anos de aliança com governos encabeçados pelo PT (Lula e Dilma), o PMDB, numa reunião presidida por Romero Jucá tendo ao seu lado Eduardo Cunha, rompe com o governo aos gritos de “Fora PT” e “Brasil para frente, Temer presidente”.

Tal desenlace seria cômico se não fosse trágico, para o PT no caso. Afinal, diziam os dirigentes petistas, a aliança com o PMDB era fundamental para a governabilidade, pois dava maioria parlamentar ao governo.

Como os interesses de classe representados no PMDB do “é dando

que se recebe” sempre foram os das oligarquias regionais e setores da classe dominante (como ruralistas ou empresários), o apoio que o partido dava aos governos presididos pelo PT sempre foi muito relativo, embora o preço cobrado em matéria de cargos sempre fosse muito salgado.

### Sabotagem permanente

Nas eleições presidenciais de 2014, nas palavras de Eduardo Cunha ao final do 2º turno, o PMDB dividiu-se ao meio entre Aécio e Dilma, apesar de ter Temer como vice na chapa vitoriosa.

Dentro do governo, o PMDB sabotava iniciativas do governo quando essas colocavam em questão os interesses que representa. Basta lembrar da iniciativa de Dilma, em resposta às

jornadas de junho de 2013, de propor um plebiscito sobre a convocação de uma Constituinte para a reforma política, torpedeada por Temer e a direção do PMDB de forma imediata.

Agora, atendendo às “vozes das ruas” e às exigências do “mercado”, Temer já negocia com os tucanos um governo de transição até 2018, cujo programa seria o da “ponte para o futuro” – um ataque em regra a direitos sociais e trabalhistas, mais privatizações e desvinculação de receitas para saúde e educação, entre outras coisas – e um ministério baseado num condomínio PMDB-PSDB.

Só há um problema neste cálculo do PMDB, que depende do impeachment de Dilma para realizar-se. O problema é que as organizações dos trabalhadores e da juventude estão em luta contra o golpe, atraindo setores democráticos, intelectuais, artistas e juristas num grande movimento nacional.

O ministro Jacques Wagner declarou que o desembarque do PMDB “abre espaço para um novo governo”. Um novo governo teria que começar a aplicar uma nova política, baseada no programa de emergência do PT, para recuperar toda sua base social para a luta contra o golpe e assim abrir uma saída positiva para a crise. Ainda é tempo!

Julio Turra

## A quem serve “Fora todos”, “Nem um, nem outro”?

### PSTU e setores do PSOL insistem num sectarismo divisionista e suicida

Numa situação em que se torna evidente quais são as forças sociais que estão por trás do golpe em curso contra o governo Dilma – as entidades empresariais, os tucanos, os ratos do PMDB, a direita viúva da ditadura, o imperialismo dos EUA – num momento em que sedes do PT, da CUT, da UNE, do PCdoB e de outras entidades ligadas à luta dos trabalhadores e do povo são atacadas por grupos provocadores, há ainda aqueles que, dizendo-se de esquerda, priorizam a luta pelo “Fora PT” ou “Fora Dilma”, ou se escondam atrás de frases como “Nem um, nem outro”.

No primeiro caso está o PSTU, que vem passando das palavras a atos de divisão. Assim, em 18 de março, dia nacional de mobilização contra o golpe puxado pela CUT, MST, CTB, UNE e outras dezenas de entidades, o Sindicato dos Metalúrgicos de

São José dos Campos (Conlutas), no início do dia, puxou passeata de trabalhadores da GM e Hitachi pelo “Fora todos eles e eleições gerais já!”. Segundo o site do sindicato, “motoristas buzinaavam em apoio à manifestação” (quem seriam esses motoristas?). A matéria explica que o “todos eles” é uma “referência ao governo Dilma e ao Congresso Nacional”.

Guardadas as proporções, tal tipo de atitude é similar a dos stalinistas na Alemanha dos anos 1930, quando a linha do PC, ordenada por Moscou, era a de que a Social-democracia, que estava no governo, era o inimigo principal a ser combatido, e não os nazistas de Hitler. Tal atitude do PC alemão, dando as costas à frente única entre organizações de base operária, levou Trotsky a concluir que era impossível reformar os PCs e abrir a luta pela 4ª Internacional.

### O PSOL se divide diante do golpe

Luciana Genro, principal expressão pública do PSOL, deu entrevista à Folha de São Paulo (28/03) em que afirma que “o governo tenta se fortalecer apelando para a tese do medo”, pois “não estamos numa situação de golpe”. Depois de defender o juiz Moro, “ele não é um fascista”, Genro nega que exista “golpe do Judiciário”, para concluir que a melhor saída seria “nem Dilma, nem Temer, nem Cunha, nem Renan”, mas sim novas eleições.

Tal entrevista provocou uma nota de Juliano Medeiros, da executiva nacional do PSOL, combatendo as posições de Luciana que seriam minoritárias no partido. Juliano afirma que “a proposta de eleições antecipadas, cuja principal defensora é Marina Silva, é hoje uma espécie de ‘Fora Dilma’ envergonhado”. No que ele tem razão e vale também para o PSTU.

Outro setor do PSOL, a Ação Popu-

lar Socialista (APS), proclama “Nem apoio ao governo Dilma/Lula nem à oposição de direita” e adere aos atos de 1º de abril convocados pelo Espaço de Unidade de Ação (hegemonizado pelo PSTU) como “Dia de Luta contra as mentiras e ataques deste governo e da oposição de direita e por direitos”. Registre-se que em 31 de março há manifestações nacionais contra o golpe e no mesmo 1º de abril atos convocados pelos “coxinhas”.

Não é à toa que companheiros como Renan Palmeira, ex-candidato a prefeito de João Pessoa (PB), tenha saído do PSOL e se filiado ao PT considerando que “a neutralidade de setores da esquerda brasileira neste momento é um erro político que poderá nos trazer consequências irreparáveis e danos ao nosso povo”.

Lauro Fagundes

# 18 de março: o vermelho ganha as ruas

De norte a sul, jovens e trabalhadores se manifestam contra o golpe

Como prenúncio da grande mobilização no dia 18 de março, na véspera circulava nas redes a foto (abaixo), com a legenda “povo cabano, Cametá (PA), descendo os rios para participar do ato público em Belém”.



De fato, no dia 18 a capital parense e as demais capitais do país, foram tomadas por manifestantes no grande dia de mobilização “Em defesa da democracia, dos direitos da classe trabalhadora e contra o golpe”, a chamado da Frente Brasil Popular.

Cerca de um milhão e trezentas mil pessoas, compareceram às manifestações, onde predominava a cor vermelha da CUT e do PT.

Quem eram e de onde vinham esses manifestantes, que foram se agrupando, na maioria das capitais, no final da tarde, início da noite, em um dia de semana, um dia de trabalho? Vinham das fábricas, de estabelecimentos comerciais, de escolas e escritórios, vinham enfim, de seus locais de trabalho após mais uma jornada.

Na capital paulista, por exemplo, os trens que cobrem a região metropolitana foram ficando lotados, após as 17:30 horas, por manifestantes, portando suas bandeiras, faixas e cartazes. “Marcamos nossa concentração na estação de Osasco às 17 horas.

Éramos muitos e quando tomamos o trem já começamos a discutir com os passageiros o que estava em jogo, porque estávamos indo nos manifestar na Av. Paulista”, relatou uma trabalhadora da saúde, em Osasco. Um grande contingente de jovens, estudantes e trabalhadores, também marcou presença.

“Nunca vi nada igual na Bahia, uma multidão se manifestando e só vimos apoio da população, estendendo bandeiras vermelhas na janela”, relatava entusiasmada, através do whatsapp, uma jovem presente na manifestação em Salvador.

As ruas de capitais como Fortaleza e Recife, “aqui já somos bem mais de cem mil”, informava um manifestante na capital pernambucana, também foram tomadas pelos manifestantes. Nas capitais da região sul, sudeste, norte e centro oeste, as manifestações mostravam uma disposição de luta de quem sabe pelo que se mobiliza. E não só nas capitais. Em várias outras cidades as manifestações foram marcantes. Como em Juiz de Fora (MG), onde um militante de O Trabalho, empolgado com a maior mobilização já vista na cidade, informava



Foto: Lidyane Ponciano

## Comitês contra o golpe

Organizar amplamente a frente única para derrotar os golpistas

A redação de O Trabalho tem recebido inúmeros relatos de comitês que começam a se formar. Nessa edição reportamos, o que vem da Vila Maria, bairro da Zona Norte da capital paulista, registrando a formação do Comitê Popular de Vila Maria-Jaçanã e Região pela Democracia e Contra o Golpe. “Na tarde do dia 26 de março em um salão público na Rua Itamonte reuniram-se mais de 30 pessoas representando entidades populares, a CUT, sindicatos e Diretórios do PT. Foi lançado o Comitê Popular com o objetivo de travar o debate nos bairros, escolas, entidades religiosas, culturais e com o povo em geral, sobre a gravidade da situação

e chamar para somar forças contra o golpe. O Comitê espera reunir todos os que lutam pela democracia independente de filiação partidária. As seguintes iniciativas foram aprovadas: 1. Criar um grupo WhatsApp para facilitar a comunicação. 2 lançar em curto prazo um manifesto na região assinado individualmente pelo maior número possível de pessoas com as posições discutidas na reunião. 3. Estabelecer um instrumento dirigido especificamente para a juventude e estudantes da região. 4 Convocar o Ato do dia 31 na Praça da Sé. 5 . A mesa ficou encarregada de convocar a próxima reunião”.



© lidyane ponciano CUT Minas

“esgotamos todo nosso estoque da edição do jornal que chegou hoje”, edição em cuja capa se lia “Não ao golpe do Judiciário! Em defesa de Lula e do PT! Não ao ajuste fiscal.”

Diferentemente das manifestações golpistas, realizadas aos domingos, verdadeiros passeios em grandes avenidas e orlas marítimas, de gente bem alimentada, bem vestida e bem descansada, as manifestações do dia 18 reuniram a juventude e o povo trabalhador brasileiro que se organiza e luta para defender seus direitos. Lutam contra o golpe porque querem conquistar mais direitos, e não os perder. Querem mais emprego e melhores salários, não querem que a riqueza nacional seja entregue às multinacionais, mas que os recursos sejam usados em benefício da maioria do povo.

O dia 18 pavimentou o caminho para organizar a luta desses amplos setores que, mesmo afetados pela política de ajuste fiscal até aqui aplicada por Dilma - por isso se manifestam também exigindo mudança na política econômica - sabem muito bem que o que querem os golpistas é um ajuste mais profundo, e muito mais!

Manifestantes conscientes, organizados, que atenderam ao apelo de suas organizações e receberam com entusiasmo seus representantes. Ao contrário de Aécio & Cia, expulsos das manifestações que convocaram, os dirigentes e parlamentares do

PT, em particular Lula, os dirigentes sindicais e das organizações do movimento popular e da juventude, foram recebidos nas manifestações do dia 18 como expressões da luta que há três décadas marcou a história



do movimento operário e popular pela conquista dos direitos, da democracia e da soberania nacional. Um entusiasmo que demonstra a disposição de luta para impedir o golpe e com ele o retrocesso do país.

O dia 18 colocou na ordem do dia a tarefa de ampliar a discussão na base, e organizar a luta, a isso correspondem os comitês contra o golpe que começam a ser formados em bairros, universidades e locais de trabalho.

Misa Boito



# A resistência se aprofunda e se aprofunda

Depois do dia 18, aumentam as manifestações contra o golpe

Nas ruas, em assembleias de trabalhadores, em manifestos, atos e panfletagens, cresce a mobilização para barrar o golpe em marcha. No fechamento dessa edição se preparavam as manifestações de 31 de março. Enquanto o Judiciário, com o justiceiro Moro à frente, avança como ponta de lança do golpe, e o Congresso Nacional, comandado pelo reacionário e desqualificado Eduardo Cunha, se agita para votar o impeachment, nos bairros, fábricas e universidades, se organiza a luta contra o golpe. É esse trabalho na base que pode desmontar a manipulação - do Judiciário, desde a "República de Curitiba", passando pela sede da Fiesp em São Paulo e chegando ao Congresso Nacional - e frear a escalada golpista.

## “SIM, contra o golpe, pelos direitos”

Metalúrgicos da Ford de São Bernardo se mostram disposto à luta

Convocada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, duas assembleias reuniram os quatro mil trabalhadores da Ford, no último dia 22. As primeiras, da rodada de assembleias que o sindicato irá realizar na sua base.

“As assembleias aconteceram entre 9h e 11h. A primeira foi realizada na unidade de caminhões e estamparia. A segunda, na planta de montagem de carrocerias e pinturas.

Dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC debateram com os trabalhadores e trabalhadoras os riscos de quebra da ordem institucional, caso Dilma perca seu mandato sem provas de ter cometido crime e que Lula continue sendo perseguido pela Justiça - também sem provas.

‘O golpe já está acontecendo’, narrou o secretário-geral da CUT-SP, metalúrgico João Cayres. ‘Se ele se consumir, o passo



Trabalhadores votam em assembleia realizada dia 22 de março

seguinte será o ataque aos nossos direitos trabalhistas e individuais’, completou.

Cayres lembrou que já existem no Congresso Nacional projetos que pretendem generalizar a terceirização no mercado de trabalho, entre outros, e que representantes da oposição vêm sistematicamente defendendo a redução do salário mínimo e a flexibilização das

leis trabalhistas. Com o golpe, o caminho para a concretização desses ataques estará livre, argumentou Cayres” (site da CUT).

Ao final, foi feita à assembleia pergunta: “Vocês querem lutar contra o golpe e em defesa dos direitos trabalhistas?”. “Sim”, responderam os trabalhadores com as duas mãos erguidas.

Na Volks, barrar o golpe, mudar de política

Na assembleia da Volks, os trabalhadores manifestaram o descontentamento com efeitos recessivos do ajuste fiscal. “O Sindicato sabe que existem críticas à presidenta Dilma e à condução da política econômica entre os trabalhadores”, reconheceu Rafael Marques, presidente do Sindicato, diante dos metalúrgicos. Está aí uma demonstração viva que a luta contra o golpe coloca a responsabilidade do governo Dilma mudar a política econômica que prejudica os trabalhadores. Rafael conclamou “os metalúrgicos a uma jornada para resistir e avançar. O Sindicato é e sempre será dos trabalhadores e o nosso compromisso maior é zelar pelos direitos de todos”, disse. “Os companheiros aprovaram a união e disposição de luta contra qualquer tentativa de ameaça”. (site da CUT)

## Manifestos e abaixo-assinados repudiam o golpe

Professores, escritores, artistas, editores, juristas e sindicalistas se pronunciam

As forças vivas do país, comprometidas com os interesses da maioria do povo, da democracia e da nação, se posicionam contra o golpe.

Um abaixo-assinado encabeçado pelo professor da USP, Antônio Cândido, lançado com centenas de adesões, afirma que “o impeachment, instituto reservado para circunstâncias extremas, é um instrumento criado para proteger a democracia. Por isso, ele não pode jamais ser utilizado para ameaçá-la ou enfraquecê-la, sob pena de incomensurável retrocesso político e institucional”. O abaixo-assinado, dirigido ao Congresso Nacional, afirma também que “por julgar que o processo de impeachment iniciado na semana passada pelo presidente da Câmara dos Deputados serviria a propósitos ilegítimos, em outras ocasiões muitos de nós nos pronunciamos contrariamente à sua deflagração (...) O que está em jogo agora são a democracia, o Estado de Direito e a República, nada menos. Acompanharemos tudo com olhos vigilantes e esperamos que, ao final do processo, a presidente da República possa terminar seu mandato”.

“Dizemos sim à democracia”

Outro abaixo-assinado, diz: “nós que escrevemos, produzimos, publicamos

e fazemos circular o livro no Brasil, vimos nos manifestar pela defesa dos valores democráticos e pelo exercício pleno da democracia em nosso país, de acordo com as normas constitucionais vigentes, no momento ameaçadas (...) Ainda podemos nos recordar facilmente dos tempos obscuros da censura às ideias e aos livros nos 21 anos do regime ditatorial iniciado em 1964. (...) Ao percebermos as conquistas democráticas ameaçadas pelo abuso de poder e pela violação dos direitos à privacidade, à livre manifestação e à defesa, combinadas à agressividade e intolerância de alguns, e à indesejada tomada de partido por setores do Poder Judiciário, convocamos os profissionais do livro a se manifestarem em todos os espaços públicos pela resistência ao desrespeito sistemático das regras básicas que garantem a existência de um Estado de direito.

Dizemos não a qualquer tentativa de golpe e, mais forte ainda, dizemos sim à Democracia”. Assim que lançado, este abaixo-assinado contava com mais de duas mil adesões.

Advogados contra a OAB

Um grupo formado por renomados juristas e advogados, como Fábio Konder Comparato, Celso Antônio Bandeira

de Mello e Dalmo Dallari, reagindo à decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de apoiar o impeachment de Dilma e entrar com novo pedido, en-



Porto Alegre: Advogados contra pedido de impeachment feito pela OAB

tregou ao presidente da Ordem, Claudio Lamachia, no último dia 28, um requerimento em defesa da consulta ampla e direta sobre o pedido de impeachment da presidente. No pedido, os advogados lembram a postura da Ordem em 1964, quando louvou a “derrocada das forças subversivas” e ressaltam que “trata-se de um erro brutal e cujas consequências dramáticas em termos de perda da respeitabilidade da Ordem perante a história e sociedade brasileira sobreviverão em décadas o mandato dos atuais conselheiros da entidade. Essa decisão, por sua gravidade e consequências, que lembra o erro cometido pela Ordem em 1964, jamais poderia haver sido tomada

sem uma ampla consulta aos advogados brasileiros (...)”.

Confirmando a disposição de que a OAB repeta a postura de 1964, Claudio Lamachia ignorou o requerimento e, no mesmo dia em que ele lhe foi entregue, a OAB, sob protestos de centenas de advogados no Congresso Nacional, depositou nas mãos de Eduardo Cunha o novo pedido de impeachment.

Sindicalistas

Em ato realizado com a presença de Lula na capital paulista no último dia 23, cerca de mil sindicalistas presentes, lançaram um manifesto onde afirmam: “a ameaça de golpe daqueles que querem rasgar a Constituição está aprofundando a recessão econômica e o aumento do desemprego no Brasil. Com isso, a democracia, os direitos da classe trabalhadora e a soberania nacional correm sério risco. Para fazer frente a esta conjuntura, nós, sindicalistas de diferentes tendências sindicais, reunidos neste ato, manifestamos total solidariedade à presidente Dilma Rousseff, legitimamente eleita pela maioria do povo brasileiro, e ao companheiro e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e exigimos a imediata efetivação de sua posse como ministro chefe da Casa Civil”.

# AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



## ENCONTRO NACIONAL DO DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

Ocupar as ruas para barrar o golpe e defender os direitos

Com a presença de 78 delegados e 25 observadores, escolhidos em 56 reuniões de grupos de base no Distrito Federal e em 11 estados (RS, SC, PR, SP, MG, MT, GO, BA, PE, CE e AL) o 2º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista foi um momento muito importante para a aglutinação dos que querem resistir e passar à ofensiva.

Realizado na sede nacional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, um dia depois das grandiosas manifestações de 18 de março, contra o golpe, o Encontro foi unânime em apontar a saída para a crise: ocupar as ruas, fortalecer as organizações dos trabalhadores, para barrar os golpistas e impor uma mudança radical na política econômica.

O Encontro foi autofinanciado: a participação de todos foi bancada por meio da contribuição do “cafezinho” (como o PT fazia) e outras atividades. Como deve ser a organização dos trabalhadores.

A mesa de abertura foi composta por Markus Sokol (Comitê Nacional do DAP e Direção Nacional do PT), Luiz Eduardo Greenhalgh (fundador do PT e advogado de presos políticos durante a ditadura militar), Jacy Afonso (sindicalista bancário e ex-membro da Direção Nacional da CUT), Rui Falcão (presidente nacional do PT), Carlos Magno (vice-presidente da CUT-MG) e Márcia Rosa (prefeita petista de Cubatão-SP). O senador Lindberg Farias não pôde comparecer devido a um problema de saúde de sua filha.

Abaixo, um resumo das falas na abertura dos debates.



Mesa de abertura, da esquerda para direita: Jacy Afonso, Carlos Magno, Márcia Rosa, Rui Falcão, Paulo Farias, Markus Sokol e Luis Eduardo

### MARKUS SOKOL

Lembrou o Manifesto de Alarme que convocou o Encontro: ou Dilma muda sua política ou o PT teria de discutir a relação com seu governo. Recordou que depois da queda de Levy, frustrou-se a expectativa de mudança da política econômica, facilitando a retomada do impeachment. Até que o Diretório do PT adotou o Programa de Emergência, quando Lula se lançou candidato. Denunciou o golpe em curso do Judiciário, do qual a Lava Jato é um instrumento, que se alimentou da postura defensiva do PT desde o mensalão. Questionou a volta do “Lula paz e amor” no ato do dia 18. Disse que a tarefa é para dentro das organizações, dialogar com a base, para ampliar a mobilização na rua contra o golpe, e guinar a economia.

### LUIZ EDUARDO GREENHALGH

Fez uma análise aprofundada da Operação Lava-Jato, afirmando que ela significa um abandono do direito latino e uma opção por princípios do direito anglo-saxão, particularmente na aceitação da presunção de culpa e no instituto da delação premiada. Lembrou a participação do juiz Sérgio Moro nas investigações do escândalo de privatização do Banestado (banco estatal do Paraná). Apontou ainda uma série de irregularidades que expressam o caráter de “armação” da operação, como a condução coercitiva de Lula, as escutas ilegais, os vazamentos seletivos, as detenções injustificadas. Afirmou que hoje o Judiciário parece pairar “acima” das demais instituições, tal como os militares aparentavam durante a ditadura.

### JACY AFONSO

Lembrou várias iniciativas do Diálogo e Ação Petista, que qualificou como importantes e corretas. Disse que o movimento sindical tem respondido positivamente à situação, mas que essa resposta e as grandes manifestações realizadas, embora tenham sido importantes, ainda são insuficientes. Afirmou que “golpe é atacar o pré-sal”, e significa o retrocesso em todas as áreas, mostrando o conteúdo material das iniciativas golpistas. Reclamou da ausência de ferramentas (boletins, panfletos, jornais) e insistiu em que as direções devem ir às fábricas, bancos, ruas, explicar a situação para os trabalhadores, o que significam de fato as iniciativas golpistas e os ataques que se planejam contra os direitos.

### RUI FALCÃO

Disse que os golpistas vão encontrar uma resistência cada vez maior por parte dos trabalhadores e do povo, e que as manifestações do dia 18 mostraram que, diferentemente de Collor, Dilma não está sozinha. Relatou que na comissão da Câmara Federal que analisará o pedido de impeachment, a relação de forças está “pau a pau”. Disse ter informações de que o governo vai aumentar as verbas para a reforma agrária. Defendeu a mudança da política econômica do governo Dilma e a realização de grandes manifestações nas periferias e vigília permanente nas sedes dos diretórios do partido. Citou a moção de solidariedade recebida do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AclT).

### CARLOS MAGNO

Afirmou que a retração do PIB e dos investimentos, com o aumento do desemprego, está fazendo com que percamos nossa base social, e que a direita está se apropriando do nosso discurso. Avaliou que o movimento sindical é o alvo da vez. Relatou que há 55 projetos de lei tramitando no Congresso atacando frontalmente os direitos dos trabalhadores, e que este é um dos objetivos centrais do golpe judiciário em curso. Referindo-se ao regime interno do PT, afirmou que o partido não pode ser dirigido pelos mandatos e que o PED não é um espaço democrático. Insistiu em que os sindicatos não podem ser “mais governistas que o próprio governo”. Finalizando, disse que as manifestações de 18 de março “lavaram a alma”.

### MÁRCIA ROSA

Explicou a situação de Cubatão, cidade operária na Baixada Santista, que governa em segundo mandato, e o golpe que significará para a cidade o fechamento da Usiminas (ex-Cosipa, privatizada durante o governo FHC), como demissões em massa e empobrecimento geral do município. Lembrou que Cubatão foi, Hortolândia, as duas únicas cidades de São Paulo, com mais de 100 mil eleitores onde Dilma derrotou Aécio em 2014, mas lamentou o abandono que sofre por parte do governo federal, e também do partido, denunciando ainda as pressões por parte do Judiciário, que a levaram a ser afastada por 35 dias do exercício de seu mandato. Disse que está fazendo o possível para mobilizar a população e conseguir a ajuda do governo Dilma contra o fechamento da empresa e as demissões. Terminou pedindo ajuda do DAP à sua luta.



Carlos, Magno, Juliana Cardoso, Misa Boito e Markus Sokol

Na reabertura dos trabalhos, sábado à tarde, foi dada a palavra à vereadora Juliana Cardoso. Ela disse que temos de ir às ruas defender o governo Dilma contra o golpe, mas não a retirada de direitos. Avaliou que a situação é muito grave, e não está garantido que não se tente cassar a legenda do PT já nas eleições municipais deste ano.

# DELEGADOS DISPOSTOS À LUTA

Todos que tomaram a palavra confirmaram a vontade de resitir

À tarde, a palavra foi aberta ao plenário e num rico debate, com cerca de 30 inscrições trouxeram ao encontro as suas experiências e críticas, as manifestações em seus estados e as iniciativas do DAP.

Júlio Turra leu a Moção Brasil, aprovada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos, em solidariedade aos trabalhadores brasileiros e suas organizações, disponível nas pastas dos delegados.

Sérgio Ronaldo (PE), secretário-geral do Condsef, lembrou que os servidores federais “foram para cima” para barrar o ajuste fiscal e a



Mesa da Plenária final, Julio Turra, Roberto Salomão, Markus Sokol e Vanilda Anunciação

desoneração da folha: “Não adianta querer agradar os ‘coxinhas’ aplicando o programa deles. O governo Dilma não pode implementar o programa do

candidato derrotado”.

Sumara Ribeiro (MG), assessora do Sindicato dos Metroviários de BH, contou como o DAP ajudou a categoria a entrar na luta contra o golpe: “Discutimos com a diretoria, que tirou um panfleto e promoveu a distribuição. A receptividade da base foi muito boa”.

Já Robinson Ciréia (MT), apontou o papel do DAP nos momentos mais importantes da luta de classes: “O DAP sempre teve a resposta correta e desta vez também sairemos devidamente preparados para o combate”.

A vereadora de Cidade Oriental (GO), Kedma Kaser, criticou a falta de intervenção do PT. Ela cobrou do

presidente Rui Falcão a ausência de panfletos e jornais: “Nós temos a cultura de panfletar na feira, mas não temos material”.

No domingo pela manhã foi aprovado o manifesto “Agora é urgente barrar o golpe do Judiciário que está em curso!” e as propostas para fortalecer a construção do Diálogo e Ação petista na base. Por consenso, decidiu-se pela realização urgente das reuniões de volta dos grupos de base do DAP, com base no manifesto aprovado. Os grupos de base devem ser reforçados e multiplicados, além de ter suas atividades autofinanciadas, com a contribuição do “cafezinho” de todos os seus aderentes.

O Programa de Emergência aprovado pela direção nacional do PT, embora ainda tímido e sem contemplar uma série de questões vitais para o momento, foi considerado um passo positivo. Os grupos de base foram orientados a promoverem o debate em torno do programa.

O Comitê Nacional foi mandatado para organizar o debate sobre a questão eleitoral e sobre os setoriais do PT.

## ELEITO O NOVO COMITÊ NACIONAL

O Encontro elegeu por aclamação o novo Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista. Compõem o Comitê os seguintes companheiros e companheiras:

Vera Lúcia, assessora da CUT-DF  
Julio Turra, Executiva da CUT, Comitê AcIT  
Markus Sokol, DN-PT  
Misa Boito, DR-PT /SP  
Vanilda Anunciação, Executiva do DM-PT São Paulo  
Roberto Salomão, Executiva Estadual PT-PR  
Antônio Cláudio Santos Silva, Sindicatos dos Vigilantes da Bahia  
Carlos Saldanha - professor do IFMT, Cuiabá  
Sérgio Ronaldo, secretário geral da Condsef  
Paulo Farias, Executiva CUT-RS

## AGORA É URGENTE BARRAR O GOLPE DO JUDICIÁRIO QUE ESTÁ EM CURSO!

Construir a mais ampla unidade para derrotar os golpistas

Manifesto do 2º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista “conclama seus aderentes e simpatizantes, todos e todas militantes petistas, os trabalhadores e jovens, para a ação imediata para barrar o golpe que já está em curso no Brasil contra a democracia, a soberania popular e nacional, contra os direitos sociais e dos trabalhadores!”.

Sobre as manifestações do dia 18, afirma que “convocados pela CUT, MST, UNE, PT e outras dezenas de entidades e organizações de luta do povo trabalhador e da juventude, mais de 1 milhão e 300 mil manifestantes tomaram as ruas em todo o país para dizer Não ao Golpe. Um golpe que tem como instrumento a Operação Lava Jato, que quer instalar um Estado policial de exceção, uma ditadura do Judiciário”.

Diz que a reação popular “impactou a situação política da nação e animou a militância, criando uma trincheira que estamos chamados a reforçar cada vez mais e a cada dia, pois a escalada golpista se acelera”.

O Manifesto desvenda o discurso dos golpistas: “O pretexto do combate à corrupção tornou-se justificativa para ‘delações premiadas’ que dispensam provas para condenar alvos selecionados, para a ‘condução coercitiva’ de cidadãos para prestar depoimentos, como ocorreu com o ex-presidente Lula, para prisões espeta-



Terminado os trabalhos, participantes animados com os resultados do encontro

culares e vazamentos seletivos de informações. (...) Que combate à corrupção é esse que permite a Eduardo Cunha, do PMDB, dirigir a instalação do processo de impeachment contra a presidente Dilma? Que permite a Aécio Neves, citado por delatores em vários casos de corrupção, seguir fazendo bravatas e posando de defensor da ética?”

O temor dos golpistas é que o PT e o governo Dilma reatem com sua base social: “A adoção pelo PT de um programa de emergência deixou nervosos golpistas e empresários. Isso porque tal programa poderia dar início a uma guinada na política econômica em relação ao ajuste fiscal (...). A nomeação de Lula para a Casa Civil por Dilma (...) para os golpistas foi a senha para tentar meter na cadeia o líder histórico do PT e derrubar de qualquer modo

a presidente eleita”.

O Manifesto explica a serviço de quem está o golpe: “Os interesses que o golpe serve são daqueles que, dentro e fora do Brasil, querem entregar a riqueza do Pré-sal para as multinacionais, querem privatizar as estatais (setor elétrico, Petrobras etc.), querem liquidar direitos trabalhistas- como indicam 55 projetos de lei no Congresso, da terceirização ilimitada até a anulação da CLT com o negociado prevalecendo sobre o legislado- e destruir as organizações sindicais de luta”. E cita os ataques contra os trabalhadores e suas organizações: “Não é casual que a escalada golpista inclua ataques a locais do PT, da CUT, da UNE e outras entidades de luta de nosso povo, ou que a PM invada a subsede do sindicato dos metalúrgicos em Diadema e um tenente entre na sede

estadual do PT em São Paulo. (...) Por trás do juiz Moro, herói de ‘coxinhas’ que nos seus ‘protestos’ destilam preconceitos raciais e sociais de todo o tipo e desprezam o povo pobre, (...), estão a FIESP e outras entidades patronais, está o imperialismo dos Estados Unidos”.

Os militantes do Diálogo e Ação Petista “estão chamados a jogar um papel ativo na construção da mais ampla unidade para barrar o golpe em curso. (...) É hora de, no campo e na cidade, ir aos locais de trabalho e moradia, às periferias das regiões metropolitanas, para ajudar o nosso povo a compreender a manipulação à qual está sendo submetido por aqueles que o exploram e venha a somar-se à luta contra o golpe”.

# Dilma recebe juristas contra o golpe

## Resistência à partidarização da justiça e seu funcionamento seletivo

Em 22 de março, no Encontro com Juristas pela Legalidade e em Defesa da Democracia a presidente Dilma recebeu, no Palácio do Planalto, manifestações de advogados, professores de direito, juizes e promotores contestando a legalidade do impeachment em tramitação no Congresso Nacional.

Num abaixo-assinado dirigido notadamente a deputados e senadores, os juristas afirmam que o impeachment sem fundamento jurídico leva a “um Estado de exceção”. O fundamento jurídico é a “existência de crime de responsabilidade” o que não está provado no impeachment aberto contra Dilma, “mesmo por uma análise bastante legalista do processo”.

De fato, no impeachment em tramitação, o governo Dilma é acusado de atrasar repasses de verbas a bancos públicos que executam gastos de programas governamentais (especialmente a Caixa Econômica Federal que paga o Bolsa Família e benefícios do Seguro Desemprego).

Ora, tais atrasos, conhecidos como “pedaladas fiscais”, são comuns tan-



Juristas são recebidos por Dilma no Palácio do Planalto

to no governo federal quanto nos estaduais e nunca motivaram nenhum impeachment. Mais importante, para o próprio Banco Central, as “pedaladas” não configuram operações de crédito e, portanto, não constituem o crime de responsabilidade previsto na Constituição para embasar o impeachment.

### Contra as arbitrariedades da justiça e da polícia

As “pedaladas” são, portanto, apenas pretexto para dar aparência de legalidade a um processo no qual o Congresso se faz agente do golpe jurídico, com o apoio da mídia, que está em curso.

Por essa razão os juristas se insurgem contra “expedientes arbitrários como condução coercitiva de investigados sem o devido embasamento legal; prisão temporária com o fim de obter delações premiadas; interceptações telefônicas ilegais que violam as prerrogativas dos advogados e até mesmo da Presidência da República. As operações midiáticas e vazamentos seletivos, que visam destruir reputações além de tensionar a opinião pública para apoiar tais operações.”

Presente ao Encontro, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), ex-juiz federal e ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil

(Ajufe), referiu-se à Lava Jato e ao juiz que deu liminar contra a posse de Lula como Ministro: “O Judiciário não pode mandar carta para passeata. E se o juiz, o procurador quiser fazer passeata: há um caminho. Basta pedir demissão do cargo. Não use a toga para fazer política porque isso destrói o Poder Judiciário”.

Em seu discurso, Dilma rebateu os que tentam negar que exista um golpe em curso: “Pode-se descrever um golpe de estado com muitos nomes, mas ele sempre será o que é: a ruptura da legalidade, atentado à democracia. Não importa se a arma do golpe é um fuzil, uma vingança ou a vontade política de alguns de chegar mais rápido ao poder”.

“Esse tipo de uso inadequado de palavras é o mesmo que usavam contra nós na época da ditadura para dizer que não existiam presos políticos no Brasil quando a gente vivia dentro das cadeias espalhadas por esse País afora. Negar a realidade não me surpreende, por isso, o nome é um só, é golpe.”

Edison Cardoni

## Não ao pacote anti-servidor (PLC 257/16)

### É preciso dar uma guinada na política econômica e derrotar o golpe

Na contramão da necessidade urgente de uma guinada na política econômica, inclusive para frear o golpe, o governo lançou, em 22 de março, um pacote que ataca em cheio os servidores e o serviço público (PLC 257/16).

A pretexto de aliviar o peso da dívida dos Estados, o pacote ainda exige contrapartidas como a proibição de conceder reajustes salariais e novas contratações, possibilidade de PDV e a criação de fundo de previdência para os servidores (substituindo o regime de repartição pela capitalização como quer o mercado financeiro).

Esse pacote vai no sentido inverso ao das propostas apresentadas no Programa de Emergência do PT (ver box), um passo para enfrentar a crise econômica deixando para trás o ajuste fiscal.

Ao anunciar o pacote, o Ministro Barbosa combateu uma das propostas desse Programa de utilizar parte das reservas internacionais para alavancar investimentos em infraestrutura, saneamento, habitação, renovação energética e mobilidade urbana.

Como afirma nota de repúdio da CUT, as medidas “vão do arrocho salarial dos servidores públicos à pri-

vatização de empresas estatais” com “impacto negativo na qualidade do serviço público, prejudicando diretamente seus usuários e os próprios servidores. Abrem ainda possibilidade do não cumprimento da política de valorização do salário mínimo, afetando milhões de brasileiros.”

Em defesa da nação e do serviço público, as entidades cutistas de servidores, já integraram à luta contra o golpe o combate para barrar o PLC 257/16.

O Sindicato dos Servidores Federais de Brasília (Sindsef-DF), por exemplo, em panfleto intitulado “Não ao golpe do judiciário! Não ao pacote Nelson Barbosa!”, afirma “são os golpistas que querem privatizar as estatais, destruir direitos, reduzir o serviço público, acabar com os serviços sociais do Estado e destruir as organizações construídas pelos trabalhadores. O serviço público de qualidade, cobrindo todo o território nacional, é fator de coesão social e de unidade nacional. Defender o serviço público é defender a nação e a democracia. Barrar o golpe é condição para preservar os direitos trabalhistas e as organizações construídas pelos trabalhadores, nossos instrumentos de luta.

E, para o Sindsep-DF, a luta pela democracia e pela soberania nacional é inseparável da luta intransigente em defesa das reivindicações dos trabalhadores do serviço público. Para resistir ao golpe do judiciário e ao pacote Nelson Barbosa, participe da assembleia Geral!”

### O cardápio dos golpistas

À agência BBC, o senador Álvaro Dias (ex-PSDB, atual PV) admitiu que, no impeachment em tramitação, “nosso julgamento é político, pode prescindir até de provas materiais”, o que contraria frontalmente a Constituição e, portan-

to, é golpe. Se é político, como de fato é, qual política anima o golpe?

No seu “Ponte para o futuro”, de 2014, o PMDB, anunciava privatizações das empresas estatais, abertura comercial, flexibilização das leis trabalhistas, reforma da previdência (ver pag.5).

Não por acaso, na mensagem gravada que enviou, em 29 de março, ao seminário dos golpistas organizado por Gilmar Mendes em Portugal (ver pag. 12), Michel Temer – que espera ser presidente no caso de sucesso do golpe - elogia as “privatizações da década de 1990”.

### PROGRAMA DE EMERGÊNCIA

Entre as medidas propostas pelo PT estão:

- Forte redução da taxa básica de juros como elemento fundamental para diminuir o déficit nominal da União, aumentar o investimento público, impedir a apreciação cambial, baratear o crédito e incentivar a retomada do crescimento.

- Utilização de parte das reservas internacionais para um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego

- Ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida

- Retomada da reforma agrária, com prioridade imediata à distribuição de terras para trabalhadores acampados

# Dificuldades da luta operária na ex-URSS

Na região de Donbas, a República Popular de Donetsk vive situação de desemprego e baixos salários

A luta dos trabalhadores da antiga União Soviética (URSS), quase 25 anos após o seu desaparecimento, desenvolve-se em condições difíceis. Publicamos trechos de entrevista realizada pelo jornal "Informações Operárias", do Partido Operário Independente da França, com Alexandre Smekaline, um dos organizadores do Partido Operário de Donbas. A Bacia de Donbas, ou Bacia de Donets, é uma região de minas de carvão e indústrias que, depois do fim da URSS, foi partilhada entre a Ucrânia e a Rússia. Com a crise na Ucrânia, o leste do país, habitado principalmente por falantes do russo, passou por uma guerra alimentada pelos EUA e pela Rússia, o que desembocou na

criação da denominada República Popular de Donetsk (RPD).

**IO - Qual a situação da população trabalhadora nas repúblicas autoproclamadas do Donbas?**

**Alexandre Smekaline** - É uma longa história. As empresas continuam "congeladas", ou seja, em situação de desemprego técnico e de manutenção das oficinas. Nas fábricas, a jornada de trabalho foi reduzida para três horas diárias, com diminuição equivalente do salário. Sem emprego, as pessoas procuram em geral o serviço militar. Os equipamentos estratégicos, as ferrovias, as centrais elétricas dependem da gestão externa (da Ucrânia). Na realidade, não existem mais empresas na RPD.

**IO - Em 2014, você havia anunciado que "toda a ajuda humanitária da Rússia havia sido dilapidada". Algo mudou?**

**AS** - Atualmente, mesmo nas lojas e pontos de venda, não há nenhum controle sobre os preços. Os trabalhadores de supermercados trabalham 12 horas ou mais por dia, mas seus salários não ultrapassam os 7 mil rublos (cerca de R\$ 365 - NdT). Não há medicamentos nem equipamentos médicos. Os envios humanitários escorrem entre os comerciantes ou desaparecem das farmácias dos hospitais. Na educação, como entre os médicos, os professores vivem de "esmolas" dos pais de alunos. A corrupção, infelizmente, ainda é muito grande. Alguns mineiros não recebem salários desde novembro, mas há aumentos salariais para alguns empregados da administração. Os proprietários privados, os especuladores e os empresários continuam a solapar a economia (a que ainda existe), impõem seus preços sobre o transporte, sobre os produtos alimentícios e os serviços. E não há nenhum controle do Estado.



Alexandre Smekaline

RPD, foram colocadas várias versões da Constituição, que contradizem diretamente as ideias, os objetivos e as tarefas da república e de sua declaração.

**IO - Em sua opinião, qual é a origem desses golpes de força?**

**AS** - Os acertos de contas entre a oligarquia antes existente e a nova são incessantes. Em consequência, no Estado de consumidores que é hoje a RPD, os habitantes só sobrevivem graças à ajuda externa. As mudanças de governo foram realizadas com o dinheiro e a ajuda externos. Os oligarcas e os protegidos do grande capital, tanto da Rússia quanto da Ucrânia, transformaram as milícias rebeldes famintas em um exército de mercenários "voluntários" que serve sobretudo para preservar o sistema da propriedade privada dos meios de produção.

## "Temem a unidade entre árabes e judeus"

Sindicalista denuncia ameaças contra organização dos trabalhadores



Zahera Hassan

Zahera Hassan, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré apresentou uma denúncia, da qual publicamos trechos:

"A atividade do Sindicato dos Trabalhadores Árabes se desenvolveu de modo importante na organização dos trabalhadores árabes em Israel. O sindicato começou, em setembro, a constituir e organizar comitês sindicais nos centros de telemarketing. Sete foram instalados nesses centros e um na construção civil.

O caminho para convencer os trabalhadores judeus a ingressar no sindicato foi muito longo, muito difícil e complexo. Os assalariados judeus e árabes trabalham nos mesmos lugares (...). Mas deve-se levar em consideração o fato de que os trabalhadores judeus, que são politicamente próximos dos partidos sionistas, manifestam

reservas em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Árabes. (...) [O sindicato] considera ser seu dever convencer os trabalhadores judeus a juntarem-se aos comitês sindicais compostos por trabalhadores árabes, no interesse de todos os trabalhadores, quaisquer que sejam a sua nacionalidade, sua comunidade ou sua religião (...).

Na semana passada, (...) 'desconhecidos' incendiaram os carros de duas companheiras de Nazaré, uma árabe e a outra judia, ambas muito ativas nos comitês sindicais dos centros de telecomunicações. Elas haviam denunciado, nos jornais locais, a direção dos centros de telemarketing (...), [que] as convocou e as ameaçou de demissão se elas 'incitassem os trabalhadores', e forçou-as a assinar um documento. (...)

Esses ataques e essas ameaças, dirigidos contra os trabalhadores árabes e judeus, visam a nos desencorajar e a tentar interromper a luta dos trabalhadores a fim de destruir as conquistas arrancadas nos locais de trabalho.

Eles temem os trabalhadores, eles têm medo de sua força, de vê-los se organizar; eles temem a unidade dos trabalhadores árabes e judeus. Mas iremos adiante em nosso trabalho e em nossa luta, apesar dos desafios, das ameaças e das dificuldades que enfrentamos, em particular no aspecto financeiro".

**IO - O que poderia modificar a situação em favor dos trabalhadores da RPD?**

**AS** - A estatização de todas as empresas. Mas o próprio governo se opõe a isso. Na cúpula, ocorrem vários golpes de força. Modificam a toda hora a declaração aprovada pelo referendo de 11 de maio (que levou à criação da RPD - NdT) e enfraquecem a soberania da própria república. No site da

## Sindicalistas lutam contra a repressão

Em Guadalupe, Justiça colonial francesa teve que recuar

Em Guadalupe, centenas de sindicalistas, militantes, representantes de organizações de vários países do Caribe acompanharam o sindicalista Jocelyn Leborgne, em 15 de março, quando foi julgado pelo poder colonial francês. Leborgne sofreu processo por recusar-se a fornecer amostras de seu DNA para um arquivo que busca manter os sindicalistas sob ameaça.

A Justiça acabou arquivando o caso (leia em OT-782), mas procurou apresentar a questão por um viés estritamente jurídico. O procurador não apresentou recurso contra o primeiro julgamento, no qual o

sindicalista fora absolvido, porque houve um vício de forma: o acusado não havia recebido a notificação do processo. Sendo assim, estava livre. Para os presentes, ficou claro que a Justiça colonial, diante da grande mobilização nacional e internacional em defesa de Leborgne, preferiu recuar, sem reconhecer o fato.

No comício realizado à saída do tribunal, o secretário-geral da central sindical UGTG, Elie Demota, afirmou que foi conquistada uma vitória política, e agora cabe lutar pelo fim de todos os testes de DNA para sindicalistas.

# Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos contra o golpe no Brasil

## Delegações às embaixadas e posicionamentos de entidades em solidariedade ao povo brasileiro

A coordenação nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP) dirigiu-se ao Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT) – criado em 1991 por militantes de 56 países, de diferentes organizações políticas e sindicais, tendo como mote a luta contra a guerra e a exploração – para que ajude a impulsionar uma campanha internacional contra o golpe em curso no Brasil.

O AcIT respondeu afirmativamente e a campanha já está em curso. Adesões chegam de vários países. Na Argélia delegação organizada pelo Partido dos Trabalhadores argelino, no México e no Peru por sindicalistas, foram recebidas nas embaixadas brasileiras.

**Argélia** - A delegação de dirigentes e deputados do PT da Argélia foi recebida em 30 de março pelo embaixador brasileiro em Argel, Eduardo Botelho Barbosa. Ela levou uma moção de apoio à resistência operária e popular, contra o processo de destituição da presidente Dilma, aprovada no congresso do partido, e travaram uma discussão franca com o diplomata brasileiro. A delegação explicou que, embora o PT argelino não tenha laços orgânicos com o PT do Brasil, acompanha com atenção a grave situação política brasileira.

Os membros do PT argelino afirma-



Em Lisboa, manifestantes rechaçam golpistas que participam de seminário na faculdade de Direito

povo brasileiro.

O embaixador declarou-se “muito tocado pelo interesse apresentado pelo PT da Argélia a respeito do que ocorre no Brasil, porque de fato a crise política é grave e o desafio hoje é a manutenção do progresso social inegável obtido sob o impulso dos governos do PT do Brasil”. Recusou, porém, a expressão “golpe”.

Retomando a palavra, a delegação afirmou que os governos imperialistas, em particular os EUA, estão sempre envolvidos em golpes ou tentativas de desestabilização de governos que resistem a eles, como os da Venezuela e da Bolívia. Para a delegação, há um

maioria estudantes brasileiros, participaram do ato contra o golpe no dia 29 de março, em Lisboa, em frente à faculdade de Direito da cidade, na abertura do IV seminário Luso-Brasileiro de Direito. Políticos e juristas brasileiros golpistas, como o ministro do STF Gilmar Mendes, José Serra e Aécio Neves, participantes do seminário, e tiveram que escutar os manifestantes: “Não vai ter golpe!”, “O Pré-sal é nosso!”, “A verdade é dura, a OAB apoiou a ditadura!”.

No ato, militantes do Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), membro do AcIT, divulgaram sua posição contra o golpe e recolheram assinaturas – de dirigentes de organizações sindicais e partidárias – visando organizar uma delegação à Embaixada do Brasil.

**Peru** - Em 30 de março, sindicalistas foram recebidos na Embaixada do Brasil por Segundo Bezerra, e entregaram um documento, assinado por 74 dirigentes sindicais, contra o golpe. Compuseram a delegação dirigentes da central sindical CGTP, do Sindicato Siderperú e da Federação nacional dos docentes. “Bezerra expressou que confiava na permanência da presidente Dilma. De nossa parte assinalamos

que rechaçamos qualquer intento golpista e que comunicaremos também à direção da CUT a boa recepção de nossa delegação”.

**México** - Em 29 de março uma delegação composta por Augusto Reyes Medina e Laurentino Villegas Caballero, membros da Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Luis Vázquez, membro da comissão executiva Nacional da Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT), Humberto Martínez Brizuela, da Assembleia Nacional Representativa da CNTE e Braulio Sánchez, dirigente do Sindicato Independente dos Trabalhadores da Universidade Metropolitana (SITU-AM), foi recebida na Embaixada do Brasil, por Fabio Meira Dias, primeiro secretário. A delegação entregou um texto com o posicionamento contra o golpe, adotado pela assembleia nacional da CNTE.

**Venezuela** - El Trabajador, periódico do agrupamento de militantes venezuelanos, aderente do AcIT, também se engajou na campanha contra o golpe no Brasil. Na edição de março escreve: “uma vitória imperialista no Brasil mudaria dramaticamente a situação na região. Ela teria um impacto direto sobre a Venezuela e um efeito dominó sobre os outros governos da região”.

**Chile** - A Confederação de Sindicatos Bancários, fez chegar seu posicionamento que alerta: “O triunfo da reação no Brasil, seria trágico para todos os povos do continente. Por isso não podemos nos calar diante das ameaças, e manifestamos nossa total solidariedade como movimento sindical e popular do Brasil, com seu povo, seus trabalhadores e com os defensores da democracia, ameaçada pela reação.

Correspondentes



Sindicalistas peruanos, contra o golpe, são recebidos pela embaixada brasileira

ram que, durante os mandatos de Lula e Dilma, apesar de insuficiências e contradições, houve avanços importantes. A avaliação do partido é que as conquistas obtidas, após duras batalhas do PT, da CUT e do povo trabalhador, estão ameaçadas pelo processo golpista, apoiado por todos aqueles que, interna ou externamente – como o governo e as grandes empresas dos EUA – estão interessados em ver a queda de Dilma.

Citando a condução coercitiva de Lula, sob as câmeras de TV, e as campanhas da mídia de ataques ao PT e à CUT, a delegação afirmou que há uma tentativa de fazer o país retroceder. E explicou que o PT argelino defende incondicionalmente a soberania do

plano pró-imperialista da direita brasileira, orquestrada para mergulhar o Brasil no caos. O papel extremamente hostil do juiz Moro, conhecido por sua oposição ao PT, foi igualmente citado. Contrariamente à posição do embaixador – que mudou de tom no fim da discussão –, a Justiça brasileira, como a de todos os países, está sujeita às pressões de poderosos lobbies, assinalou ainda a delegação do PT argelino.

O embaixador, em sua última intervenção, agradeceu o interesse do PT argelino e prometeu transmitir às autoridades do Brasil a moção aprovada pelo congresso do partido.

**Portugal** - cerca de 150 pessoas, na sua

### Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232